



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

PORTARIA 14/20021

Estabelece medidas de caráter temporário para a realização de audiências.

A DOUTORA RAFAELA VOLPATO VIARO, MM^a. Juíza de Direito e Diretora do Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc.;

CONSIDERANDO a o agravamento da pandemia de Covid-19 em todas as regiões do Estado de Santa Catarina, a necessidade e a preocupação em preservar a integridade física e a saúde dos servidores, partes e advogados;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta GP/CGJ n. 11, de 27 de abril de 2021, que suspendeu o atendimento presencial no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina no período compreendido entre 3 de maio de 2021 a 1º de junho de 2021; estabeleceu o cumprimento do expediente remotamente, em regime de home office; e deu outras providência;

RESOLVE:

Art. 1º As audiências instrutórias e conciliatórias designadas para o período compreendido entre 3 de maio de 2021 a 16 de maio de 2021 serão realizadas por meio de videoconferência, através do sistema PJSC-Conecta.

Parágrafo único: Após a data de 16 de maio de 2021 e caso haja a integral manutenção das disposições da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 11/2021, na forma em que disciplina o seu artigo 10, a presente Portaria será aplicada, de plano, às audiências designadas até a data de 1º de junho de 2021.

Art. 2º Os advogados, procuradores e membros do Ministério Público deverão, em 48 horas, apresentarem o endereço de e-mail e/ou telefone (preferencialmente com WhastApp) dos participantes do ato para os quais serão encaminhados os links de ingresso na sala virtual.

§1º Em se tratando de audiências cíveis, aplica-se a regra do artigo 455 do Código de Processo Civil, sendo de responsabilidade do causídico encaminhar o *link* aos seus clientes e às testemunhas arroladas.

§2º Nas hipóteses de audiência de conciliação e mediação sem procurador da parte ré constituído nos autos, o advogado da parte autora deverá, se possível, informar o contato da parte contrária para que seja possível a participação virtual.

Art. 3º Não se inclui na vedação contida no artigo 1º os atos considerados urgentes, que envolvam réus presos, adolescentes em conflito com a lei internados e aqueles atos considerados imprescindíveis pela autoridade judiciária para evitar o perecimento, a ameaça ou a grave lesão a direitos, bem como os reputados indispensáveis ao atendimento dos interesses da justiça.

Parágrafo único: Os atos processuais instrutórios das hipóteses referidas no *caput* desse artigo serão realizados preferencialmente por videoconferência, possibilitada audiência de forma mista e, em última hipótese, presencial física.

Art. 4º Junte-se cópia da presente portaria em cada processo judicial em que há designação de audiência e intimem-se as partes para ciência e cumprimento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comuniquem-se a Corregedoria-Geral de Justiça do TJSC, o Ministério Público e a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Mafra acerca da presente normativa.

Publique-se.

Registre-se.

Papanduva (SC), 03 de maio de 2021.

RAFAELA VOLPATO VIARO

Juíza Diretora do Foro



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELA VOLPATO VIARO, DIRETORA DO FORO**, em 03/05/2021, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **5499818** e o código CRC **9CC027AB**.